



Número: **0001601-46.2013.4.05.8201**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	JOLBEER CRISTHIAN BARBOSA AMORIM
ADVOGADO	LUCIANO JOSÉ NÓBREGA PIRES
ADVOGADO	FABIO FIRMINO DE ARAUJO
ADVOGADO	Luiz Phillipe Pinto de Souza
EXECUTADO	JOSE LUIZ DE SOUSA NETO
EXEQUENTE	CAMPINA GRANDE PREFEITURA
EXEQUENTE	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EXECUTADO	LUCIANO ARRUDA SILVA
EXECUTADO	JOSE LUIZ JUNIOR
EXECUTADO	VENEZIANO VITAL DO REGO SEGUNDO NETO
EXECUTADO	ANNA THEREZA CHAVES LOUREIRO
ADVOGADO	Andreza Loize Gomes de Souza Marcolino
ADVOGADO	Tobias Cartaxo Loureiro Neto
ADVOGADO	Fábio Ramos Trindade
ADVOGADO	ABELARDO JUREMA NETO

Documentos			
Id.	Data/Hora	Documento	Tipo
4058201.9400414	26/01/2022 16:13	Edital	Expediente
4058201.9226541	02/12/2021 15:01	Despacho	Despacho
4058201.6892698	27/01/2021 11:25	Carta de Nada Consta 603 Porto do Sol	Documento de Comprovação
4058201.6832791	11/01/2021 14:00	Ofício 903/2020	Documento de Identificação
4058201.6705150	30/11/2020 16:11	OF 822 20 4 VARA SJPB	Documento de Comprovação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPINA GRANDE
QUARTA VARA FEDERAL

PROCESSO Nº: 0001601-46.2013.4.05.8201 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: CAMPINA GRANDE PREFEITURA e outro
EXECUTADO: LUCIANO ARRUDA SILVA e outros
ADVOGADO: Abelardo Jurema Neto e outros
4ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O Dr. **VINÍCIUS COSTA VIDOR**, Juiz Federal Titular da 4ª Vara Federal de Campina Grande, Seção Judiciária do Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, etc.

Faz saber a quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento que esta Vara Federal levará à venda em arrematação pública, nas datas, local e sob as condições adiante descritas o(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos da(s) ação(ões) a seguir relacionada(s):

DATA DO LEILÃO:

Data: **03/03/2022, às 09:00h**, em leilão único, no qual o bem arrematado no presente feito poderá ser arrematado por qualquer preço, desde que não seja inferior a 50 % (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

O ônus referente ao custo da comissão de arrematação será pago pelo arrematante, bem como pelo executado, remitente ou adjudicante, nos casos de remissão da dívida ou adjudicação, no valor de 5% (cinco por cento), sobre o valor arrematado/remido/adjudicado, de acordo com o art. 884, Parágrafo Único, do NCPC/2015.

LOCAL DO LEILÃO:

01) Via internet, através do site www.leiloesmonteiro.com.br, na modalidade ELETRÔNICO.

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

MIGUEL ALEXANDRINO MONTEIRO NETO, matrícula JUCEP n. 012/2015, Rua Maria Margarida de Andrade, n. 189, Portal do Poço, Cabedelo/PB, Fone: (83) 98721-8002 ou 99685-6653, Site: www.leiloesmonteiro.com.br.

A D V E R T Ê N C I A S :

- 1) Ficam intimados pelo presente Edital os Sr.(s) Executado(s) e cônjuge(s), se casado(s) for(em), bem como os credores hipotecários, o senhorio de direito, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução, caso não tenham sido encontrados para intimação pessoal, acerca do leilão designado.
- 2) O arrematante poderá desistir da arrematação, sendo-lhe imediatamente devolvido o depósito que tiver feito:

- I - se provar, nos 10 (dez) dias seguintes, a existência de ônus real ou gravame não mencionado no edital;
- II - se, antes de expedida a carta de arrematação ou a ordem de entrega, o executado alegar alguma das situações previstas no § 1º do art. 903 do CPC.
- III - uma vez citado para responder a ação autônoma de que trata o § 4º do art. 903 do CPC, desde que apresente a desistência o prazo de que dispões para responder a essa ação.
- 3) É de exclusiva atribuição dos licitantes verificar o estado de conservação, situação de posse e especificações do(s) bem(ns) oferecido no leilão. Qualquer dúvida deverá ser dirimida no ato do Leilão.
- 4) Nas execuções fiscais, em caso de arrematação, o exequente que não tenha se manifestado previamente poderá adjudicar os bens arrematados com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 24, Lei nº. 6.830 / 80).
- 5) A Parte executada poderá remir a dívida até a data da realização do leilão. E, em se tratando de cônjuge, descendente ou ascendente do executado, é possível a adjudicação do bem, por valor não inferior ao da avaliação (arts. 826 e 876, § 5º, do CPC).
- 6) Caso o bem esteja gravado com hipoteca, poderá o executado remir a dívida enquanto não assinado o auto de arrematação, desde que ofereça lance igual ou superior ao da arrematação (art. 902, do CPC).
- 7) No caso de arrematação de veículos, o arrematante deverá, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da entrega da carta de arrematação, efetuar junto ao órgão competente de trânsito a devida transferência do bem.
- 8) Os bens arrematados deverão ser retirados do local em que se encontrem, impreterivelmente, nos 30 (trinta) dias subsequentes à entrega da Carta de Arrematação expedida pela competente Vara Federal. Findo este prazo, incidirá sobre os bens não retirados pelos arrematantes a importância correspondente e multa de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor da arrematação, com taxa de armazenamento, até implementar 100% (cem por cento) do valor arrematado, ocasião em que o bem será vendido para pagamento das despesas de guarda e armazenagem sem que caibam aos adquirente dos mesmo quaisquer direitos a reclamações judiciais ou extrajudiciais.
- 9) Os pagamentos não efetuados no ato do Leilão ou no prazo estabelecido implicarão ao(s) ARREMATANTE(S) faltoso(s), as penalidades da Lei, que prevê, no caso de inadimplência, a denúncia criminal e a execução judicial contra o mesmo, além da perda da comissão do leiloeiro (Art. 39 do Decreto 21.981/32 e art. 23, § 2º da Lei de Execução Fiscal - LEF) e da caução em favor do exequente, voltando os bens a novo leilão do qual não poderá participar o arrematante e o fiador remisso (art. 897, do CPC).
- 10) Fica reservado à JUSTIÇA FEDERAL o direito de não alienar, no todo ou em parte, os bens cujos preços forem considerados inferiores ao preço de mercado, independente do valor do lance inicial do arrematante, bem como alterar as condições deste edital, suas especificações e quantidade dos bens passíveis de leilão, além de alterar quaisquer documentos pertinentes à presente licitação.
- 11) Em nenhuma hipótese, salvo nos casos de nulidade prevista em lei, ou no caso do item 02, serão aceitas desistências dos arrematantes ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste edital para eximirem das obrigações geradas. Caso contrário poderão incidir nos artigos 335 e 358, ambos do Código Penal Brasileiro, onde está previsto que: "Todo aquele que impedir, afastar ou tentar afastar concorrentes ou licitantes por meios ilícitos, violência ou oferecimento de vantagem(ns), e, ainda, perturbar, fraudar ou tentar fraudar, a venda em hasta pública ou arrematação judicial, estará incurso nas penas que variam de dois meses a dois anos de detenção e/ou multa".
- 12) O prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação, começará a contar da Hasta Pública, independentemente de intimação.
- 13) Ficam os interessados, em qualquer modalidade de participação na alienação judicial, a saber, os exequentes, os executados, e quaisquer outras pessoas, cientes de que a suscitação de vício de arrematação infundado que visem a fazer o(s) arrematante(s) desistir(em), poderá ser responsabilizado por perdas e danos e através de multa por ato atentatório à dignidade da justiça (art. 903, § 6º, do CPC).

D O S

B E N S :

- 1) Os que constam deste edital publicado no órgão oficial, disponível na Secretaria da 4ª Vara Federal de Campina Grande/PB, Rua Edgard Vilarim Meira, s/nº, Bairro da Liberdade, Campina Grande/PB, com horário de atendimento de segunda à sexta-feira, das 09h às 18h.
- 2) Encontram-se nos locais indicados nas descrições dos bens, constantes deste Edital, e serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, não cabendo à Justiça Federal ou ao Leiloeiro Oficial quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos, ou mesmo providências referentes à retirada, embalagens, impostos, encargos sociais e transporte daqueles que vierem a ser arrematados.
- 3) Poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão, independentemente de prévia comunicação.

D A

V I S I T A Ç Ã O

A O S

B E N S :

- 1) Antes dos dias marcados para o leilão, os interessados terão o direito de visitação dos bens nos locais em que se encontrarem.

2) A visitação livre pode dar-se de segunda a sexta-feira.

3) A visitação com acompanhamento por oficial de justiça é possível no caso de bem imóvel, mas depende de prévia solicitação na Secretaria da Vara e será atendida na medida das possibilidades da Justiça Federal.

D A S D Í V I D A S D O S B E N S :

1) No caso de bens imóveis, as dívidas pendentes de IPTU e Taxas Municipais não serão transferidas para o arrematante, que arcará apenas com eventuais despesas de condomínio e outras obrigações civis referentes à coisa, tais como: foros, laudêmios, I T B I e despesas cartorárias.

2) No caso de automóveis, o arrematante não arcará com os débitos de IPVA e licenciamento eventualmente existentes, nem com as multas pendentes, que são de responsabilidade pessoal do proprietário anterior.

3) Quanto aos demais bens, as dívidas e ônus não serão transferidos as arrematante.

4) Dívidas sobre os débitos ou ônus existentes quanto a determinado bem podem ser esclarecidas na Secretaria da vara ou com o leiloeiro público oficial.

D A S D A T A S D O L E I L Ã O :

1) O leilão será realizado em data única, na qual serão aceitos lances de qualquer valor, desde que não sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891 do CPC).

Q U E M P O D E A R R E M A T A R :

1) Todas as pessoas físicas capazes e as pessoas jurídicas regularmente constituídas podem participar do leilão.

2) A identificação das pessoas físicas será através de documento de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da F a z e n d a .

3) As pessoas jurídicas serão representadas por quem os Estatutos indicarem, devendo portar comprovante de CNPJ e cópia do referido Ato Estatutário atualizado.

4) Todos poderão fazer-se representar por procurador com poderes específicos com a devida identificação do outorgante.

N Ã O P O D E R Ã O A R R E M A T A R :

Os incapazes, o juiz do feito, Diretores de Secretaria e demais servidores da Vara Federal aludida, bem como seus parentes até segundo grau (em linha reta colateral e afim), o Depositário, o Avaliador e o Oficial de Justiça que tiver realizado diligências no feito, além daqueles que forem responsáveis pela administração dos bens leiloados. Também não poderão arrematar aqueles que estiverem impedidos de participar como licitante, de acordo com decisão judicial (art. 889 do CPC).

D A S C O N D I Ç Õ E S D A A R R E M A T A Ç Ã O :

1) A arrematação será feita pela melhor oferta, mediante pagamento à vista (art. 892 do CPC) ou em caso de imóveis, o pagamento poderá ser parcelado, conforme art. 895 do CPC, sendo que o arrematante deverá pagar 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 500,00 cada. O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa da poupança, garantido por restrição sobre o próprio bem. OBS: A disputa para lances a prazo será encerrada bastando um lance à vista igual ou superior ao último lance ofertado, de modo que a disputa permanecerá aberta apenas entre os lances à vista.

2) O arrematante poderá desistir da arrematação. (art. 903, § 5º, do CPC).

3) No caso de um lote com diversos bens, estes podem ser arrematados separadamente; dar-se-á preferência, entretanto, ao lance que englobar todo o lote (art. 893, do CPC).

4) No caso dos lances de igual valor, terá preferência o interessado que já arrematou outros bens no mesmo leilão.

D O S A C R É S C I M O S A O V A L O R D O L A N C E :

Além do valor ofertado, o arrematante arcará com o pagamento dos seguintes acréscimos:

1) Comissão do leiloeiro de 5% (cinco por cento) - nos termos do art. 24, Parágrafo Único do Decreto n. 21.981/1932 e art. 884, P a r á g r a f o Ú n i c o d o C P C .

2) Custas judiciais de arrematação: 0,5% (meio por cento) do respectivo valor, sendo o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro e sessenta quatro centavos) e o máximo de R\$ 1.915,38 (um mil, novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos), as quais deverão ser pagos no ato de expedição da Carta de Arrematação/Mandado de Entrega do(s) bem(ns).

D O R E C E B I M E N T O D O S B E N S A R R E M A T A D O S :

A expedição, pela Secretaria da Vara, da Carta de Arrematação e/ou Mandado de entrega dos bens arrematados poderá ser feita em até 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data do leilão judicial, desde que o arrematante proceda ao recolhimento dos impostos, cumprindo com celeridade todas as exigências legais.

DO TRANSPORTE E POSSE DEFINITIVA DOS BENS PENHORADOS:

- 1) O Juízo garantirá ao arrematante a posse do bem livre de quaisquer ônus que possam existir sobre ele antes da data do leilão, conforme elencado neste Edital (vide tópico "Das Dívidas dos bens"). Todavia, a remoção de tal bem será de responsabilidade do próprio arrematante e correrá por sua conta.
- 2) A garantia judicial de arrematação não acontecerá caso haja posse de terceiro no imóvel por vínculo jurídico válido (locação, empréstimo, etc.) existente à época da penhora (que não configura infidelidade do depósito). Nesse caso, o arrematante deverá garantir sua posse através dos meios apropriados, subrogando-se em todos os direitos do antigo proprietário.

DA IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE HASTA PÚBLICA VIRTUAL:

- 1) Fica autorizada a realização do presente evento através da Rede Mundial de Computadores (internet), cuja operacionalização deverá ser fielmente observada em consonância com o que prescreve a Resolução n. 92, de 18/12/2009, do egrégio Conselho da Justiça Federal, seja por este Juízo federal, seja pelo leiloeiro público e demais usuários do sistema de leilões online (art. 879, II do CPC).
- 2) Os servidores do setor de leilões da 4ª Vara Federal de Campina Grande, Seção Judiciária do Estado da Paraíba e Diretor de Secretaria, assim como o leiloeiro público oficial, até o dia anterior do leilão, estarão à disposição dos interessados para auxiliar no esclarecimento de quaisquer dúvidas sobre o funcionamento do leilão online, através do(s) telefone(s) (83) 99685-6653 e/ou (83) 98721-8002, sem prejuízo de informações adicionais disponível(is) no sítio eletrônico do leilão (www.leiloesmonteiro.com.br).
- 3) O interessado em participar do leilão deverá, no(s) dia(s) e horário(s) determinados acima, ofertar lances pela Internet através do sítio www.leiloesmonteiro.com.br, devendo, para tanto, os interessados efetuar cadastramento prévio, no prazo de até 72 horas de antecedência do leilão, confirmar os lances e recolher a quantia respectiva na data designada para a realização da praça, para fins de lavratura do termo próprio.
- 4) Para o cadastramento, serão obrigatórios os documentos a seguir transcritos, sem prejuízo da apresentação também obrigatória, junto à Secretaria da Vara Federal responsável pela realização da hasta pública, de cópias autenticadas destinadas ao devido armazenamento neste juízo: se pessoa física: Carta de Identidade e CPF (inclusive do cônjuge, se for o caso), comprovante de residência e e-mail; se pessoa jurídica: CNPJ, contrato social (até a última alteração) ou Declaração de Firma Individual, RG e CPF do representante legal ou do preposto da pessoa jurídica respectiva.
- 5) A aprovação do cadastro será confirmada através do e-mail informado pelo usuário, tornando-se indispensável mantê-lo válido e regulamente atualizado, ficando a aludida aprovação condicionada aos critérios e parâmetros estabelecidos pelo juízo responsável pelo evento ou pelo leiloeiro público oficial designado, sem que tal decisão implique direito algum ao solicitante do cadastro.
- 6) Em hipótese alguma o usuário poderá fornecer sua senha a terceiros ficando responsável por todas as negociações realizadas em seu código, com o uso da referida senha, que terá validade após as devidas averiguações obrigatórias nos órgãos competentes.
- 7) No caso de uso não autorizado de sua senha, o usuário deverá enviar de imediato um e-mail ao juízo responsável pela hasta pública ou ao leiloeiro público oficial, comunicando o fato, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer ocorrências até que seja efetivamente recebida e confirmada tal mensagem, obrigando-se, inclusive, por eventuais lances registrados em seu nome.
- 8) O usuário cadastrado, todas as vezes em que quiser participar do leilão online e efetuar seus lances, deverá ler com atenção e aceitar o Contrato de Adesão de Usuários para Acesso ao Leilão Online, constante do sítio eletrônico do leiloeiro público oficial.
- 9) O usuário responsável pelo aludido cadastramento deverá ter capacidade civil para contratar e assumir responsabilidade e obrigações pertinentes ao negócio em apreço, podendo ser responsabilizado civil ou criminalmente pelas informações lançadas no site oficial da hasta pública.
- 10) Os demais procedimentos a serem adotados durante e após o leilão online e que não estejam devidamente expressos no presente Edital deverão seguir rigorosamente o que estabelecem os Capítulos II e III da resolução nº. 92/2009, do Conselho da Justiça Federal, inclusive no que diz respeito às penalidades, itens de segurança, dúvidas dos usuários e demais obrigações dos arrematantes e do leiloeiro público oficial, constantes dos Capítulos IV e VU do aludido ato normativo, aplicando-se, ainda, no que couber, as suas disposições finais.

RELAÇÃO DOS BENS PENHORADOS:

01 - PROCESSO N. 0001601-46.2013.4.05.8201 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXEQUENTE: CAMPINA GRANDE PREFEITURA e outro

EXECUTADO: LUCIANO ARRUDA SILVA e outros

a) BEM: **Apartamento residencial, n. 603, Bloco "B", do Condomínio Residencial Porto do Sol, situado à Av. Litorânea, n. 1401, Praia de Ponta de Campina, no Município de Cabedelo/PB, edificado no Lote de terreno próprio denominado Lote**

"B" (desmembrado do quinhão 05), da propriedade ponta de Campina, com as dependências: varanda, sala de estar/jantar, WC social, três quartos sociais, sendo uma suíte c/ vestuário, cozinha, área de serviço, quarto e WC social da empregada, um depósito e duas vagas de garagem coberta no pilotis, com área privativa real 141,82M2, área de uso comum 124,75M2, área total 266,57M2, área equivalente de construção total 201,92M2, fração ideal 1,6% e cota ideal do terreno 66,80M2, matriculado sob o n. 012425, Livro 2-T1, folha 194 em 05/10/1994, no Cartório de Registro de Imóveis Figueiredo Dornelas da Comarca de Cabedelo/PB.

AVALIAÇÃO: R\$ 541.000,00 (quinhentos e quarenta e um mil reais). Em 12 de novembro de 2020.

DEPOSITÁRIO: ANNA THEREZA CHAVES LOUREIRO
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Av. Litorânea, n. 1401, Praia de Ponta de Campina, no Município de Cabedelo/PB
ÔNUS: Eventuais constantes na matrícula Imobiliária.
VALOR DA DÍVIDA: Não informado.

Para que chegue ao conhecimento dos interessados e de possíveis credores, passou-se o presente EDITAL, aos 25 de janeiro de 2022 nesta cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, que vai publicado uma no Diário Eletrônico da Justiça Federal, conforme preceitua a Lei e afixado no local de costume, ficando desde já, os executados, credores e os terceiros interessados, intimados do local, do dia do leilões designados.

Expedido, em 25 de janeiro de 2022, de ordem do MM Juiz Federal, digitado pelo Diretor de Secretaria da 4ª Vara Federal de Campina Grande, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

VINICIUS COSTA VIDOR
Juiz Federal Titular da 4ª Vara/SJPB

FÓRUM JUIZ FEDERAL NEREU SANTOS - Rua Edgard Vilarim Meira, s/n, Liberdade - Campina Grande/PB - CEP 58410-052

Fone (83) 2101-9272 / (83) 2101-9131 - www.jfjb.jus.br - 4vara@jfjb.jus.br



Processo: 0001601-46.2013.4.05.8201

Assinado eletronicamente por:

VINICIUS COSTA VIDOR - Magistrado

Data e hora da assinatura: 26/01/2022 16:13:10

Identificador: 4058201.9400414

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfjb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



2201251101151600000009425852

PROCESSO Nº: 0001601-46.2013.4.05.8201 - **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**
EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro
EXECUTADO: ANNA THEREZA CHAVES LOUREIRO e outros
ADVOGADO: Jolbeer Cristhian Barbosa Amorim e outros
4ª VARA FEDERAL - PB (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESPACHO

Intime-se a executada ANNA THEREZA CHAVES LOUREIRO para comprovar o depósito das prestações vencidas a partir de setembro de 2021, sob pena de retomada da execução em seu desfavor.

Com a comprovação da regularidade dos pagamentos, mantenha-se a execução sobrestada em relação à referida executada.

Não comprovado o depósito, determino que a Secretaria realize as diligências necessárias à designação de leilão do imóvel penhorado (apartamento residencial, n. 603, Bloco "B", do Condomínio Residencial Porto do Sol, situado à Av. Litorânea, n. 1401, Praia de Ponta de Campina, no Município de Cabedelo/PB) , agendando data com o leiloeiro.

O leilão deverá ser único, no qual o(s) bem(ns) penhorado(s) no presente feito poderá(ão) ser arrematado(s) por preço não inferior a 50% do valor da avaliação. Para a realização do ato, nomeio o leiloeiro MIGUEL ALEXANDRINO MONTEIRO NETO (leiloesmonteiro@gmail.com), cumprindo-lhe realizar também o leilão público por meio eletrônico, no intuito de expandir a divulgação, assim como a acessibilidade dos possíveis arrematantes.

Fixo em 5% (cinco por cento) a comissão do leiloeiro, nos termos do parágrafo único do art. 24 do Decreto nº 21.981/1932, que deverá ser paga pelo arrematante (art. 884, parágrafo único do CPC).

Caberá ao leiloeiro receber do arrematante a comissão arbitrada por este magistrado, bem assim receber e depositar dentro de um dia, à ordem do Juízo, o produto da alienação, prestando contas nos dois dias subsequentes ao depósito.

À secretaria para confecção do edital e, em seguida, a publicação oficial.

Intimações necessárias (exequente e executado), observando-se o determinado no art. 889 do CPC.

Cumpra-se.

Campina Grande, data de validação no sistema.

VINICIUS COSTA VIDOR
Juiz Federal Titular da 4ª VF/SJPB



Processo: 0001601-46.2013.4.05.8201

Assinado eletronicamente por:

VINICIUS COSTA VIDOR - Magistrado

Data e hora da assinatura: 02/12/2021 15:01:57

Identificador: 4058201.9226541

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfjb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



2112021050229650000009251584



CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PORTO DO SOL

Unidade: 603

João Pessoa, 17 de Dezembro de 2020.

DECLARAÇÃO

O CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PORTO DO SOL, situado na AV: Oceano Atlântico, 1041 – Ponta de Campina – Cabedelo/PB, declara para todos os fins de direito que a unidade 603 do referido Edifício em nome do Sr. FELIPE VILLAR AQUINO DE CARVALHO, do ano de 2015 até a presente data de 17/12/2020 está em dia com suas obrigações condominiais.

Sirlândia Bastos
Cobrança
Av. Dom Pedro I, 719, SL 407,
Edf. Dinâmico Center, Centro
98728-6126, João Pessoa, PB
E-mail: cobranca@sapcondominios.com.br

SAP CONDOMÍNIOS

Av. Pedro I, 719 – Sala 407 – Telefones: (83)3221-9596 / (83)98724-6562

Centro – CEP.: 58020-538 – João Pessoa / Paraíba

www.sapcondominios.com.br



Processo: 0001601-46.2013.4.05.8201

Assinado eletronicamente por:

Tobias Cartaxo Loureiro Neto - Advogado

Data e hora da assinatura: 27/01/2021 11:25:09

Identificador: 4058201.6892698

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfjb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



2101271119535510000006913541



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520203464005

Nome original: OF 903 20 4 VARA FEDERAL CAMPINA GRANDE PB.pdf

Data: 23/12/2020 10:46:05

Remetente:

TANIA MARIA DORNELAS DE MELO

b) 07.217-3 - Tabelionato de Notas e Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cabedelo

Tribunal de Justiça da Paraíba

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: OF. 903 20, PROCESSO 0001601-46.2013.4.05.8201



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Figueiredo Dornelas Serviço Notarial e Registral
Comarca de Cabedelo



Tânia Maria Dornelas de Melo - Titular
Roberto Régio de Melo Andrade - Thanyson Dornelas de Melo - Substitutos
Sthefany Dornelas de Melo - Robson Rogério Alexandre Martins - Substitutos

Ofício nº 903/2020

Em, 17/12/2020.

Sr. Oficial,

Pelo presente, em atendimento ao Auto de Penhora, datado de 17/11/2020, extraído dos autos do processo PJE nº 0001601-46.2013.4.05.8201, em que é exequente Município de Campina Grande e executado Luciano Arruda Silva e outros, comunico a V.S. que, procedi ao registro da penhora sobre o bem constante do imóvel constante do Domínio do terreno nacional interior, situado na rua Enivaldo Miranda, nº 700 (antigo 226), neste município de Cabedelo/PB, conforme nos foi solicitado. Informando ainda que dito imóvel, encontra-se hipotecado ao Instituto de Previdência do Estado da Paraíba-IPEP, desde 22/05/1986.

Na ocasião, informo o valor para pagamento dos Emolumentos e demais taxas, referente as averbações procedidas, que é de R\$ 172,76 (cento e setenta e dois reais e setenta e seis centavos), tudo conforme o Código de Normas (extrajudicial) art. 234, parágrafos 2º e 3º, Poder Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

~~Sem mais para o momento,~~

Sinceras saudações.

TÂNIA MARIA DORNELAS DE MELO
Oficial de Registro de Imóveis

Ilmo. Sr. JOAO ROBERTO DE A. FREIRE
Oficial de Justiça Avaliador da 4ª Vara da Justiça Federal
Campina Grande/PB
(esa)

Robson Rogério Alexandre Martins
FIGUEIREDO DORNELAS
Serviço Notarial e Registral
PREPOSTO

Processo: 0001601-46.2013.4.05.8201

Assinado eletronicamente por

ANTONIO EDILBERTO FERREIRA DE ABREU - Servidor Geral

Data e hora da assinatura: 11/01/2021 14:00:36

Identificador: 4058201.6832791

Para obter o documento original, consulte o link: <https://pje.trf4.jus.br/pep/daconv/docs/visualizar.jspx>

Rua Aderbal Piragibe, nº 05, Centro, Cabedelo - PB - Fones: (83) 3228-1142 / 3228-3805



210111140002566000000685345



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520203426826

Nome original: OF 822 20 4 VARA SJPB.pdf

Data: 30/11/2020 14:27:51

Remetente:

TANIA MARIA DORNELAS DE MELO

b) 07.217-3 - Tabelionato de Notas e Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cabedelo

Tribunal de Justiça da Paraíba

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Of. 822 20, processo 0001601-46.2013.4.05.8201



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Figueiredo Dornelas Serviço Notarial e Registral
Comarca de Cabedelo



Tânia Maria Dornelas de Melo - Titular
Roberto Régio de Melo Andrade - Thanyson Dornelas de Melo - Substitutos
Sthefany Dornelas de Melo - Robson Rogério Alexandre Martins - Substitutos

Ofício nº 822/2020

Em, 20/11/2020.

Exmo. Juiz,

Pelo presente, em atendimento ao Auto de Penhora e Avaliação, datado de 12/11/2020, extraído dos autos do processo nº 0001601-46.2013.4.05.8201, comunico a V.Exa. que procedi ao registro da penhora no imóvel constante do apartamento residencial nº 603 bloco B do Edifício "Condomínio Porto do Sol, situado na Avenida Litorânea, nº 1041, Praia Ponta de Campina, Cabedelo (matrícula nº 17.420) e no imóvel constante do Domínio Útil do terreno nacional interior, localizado na Rua Enivaldo Miranda, beneficiado com o prédio residencial nº 700, Ponta de Mato, Cabedelo (matrícula nº 7.102), conforme nos foi solicitado. Como é de Vosso conhecimento, ditos imóveis encontram-se registrados em nome de Anna Thereza Chaves Loureiro, CPF nº 176.367.014-72.

Na ocasião, informo o valor para pagamento dos Emolumentos e demais taxas, referente as averbações procedidas, que é de R\$ 345,52 (trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), tudo conforme o Código de Normas (extrajudicial) art. 234, parágrafos 2º e 3º, Poder Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Sem mais para o momento,

Sinceras saudações.

TÂNIA MARIA DORNELAS DE MELO
Oficial de Registro de Imóveis

Robson Rogério Alexandre Martins
FIGUEIREDO DORNELAS
Serviço Notarial e Registral
PREPOSTO

Exmo Dr. Vinícius Costa Vidor
Juiz Federal Titular da 4ª Vara/SJPB
Campina Grande/PB
(vv)

Processo: 0001601-46.2013.4.05.8201

Assinado eletronicamente em 30/11/2020 16:11:00
VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

VANIA KARINA MANGUEIRA MARTINS COUTINHO - Servidor Geral

Data e hora da assinatura: 30/11/2020 16:11:00

Identificador: 4058201.6705150

Para mais informações consulte o documento em <http://pje.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.jspx>



201130161024462000000672553

Rua Aderbal Praigibe, nº 05 - Centro - Cabedelo - PB - Fones: (83) 3228-1142 / 3228-3805